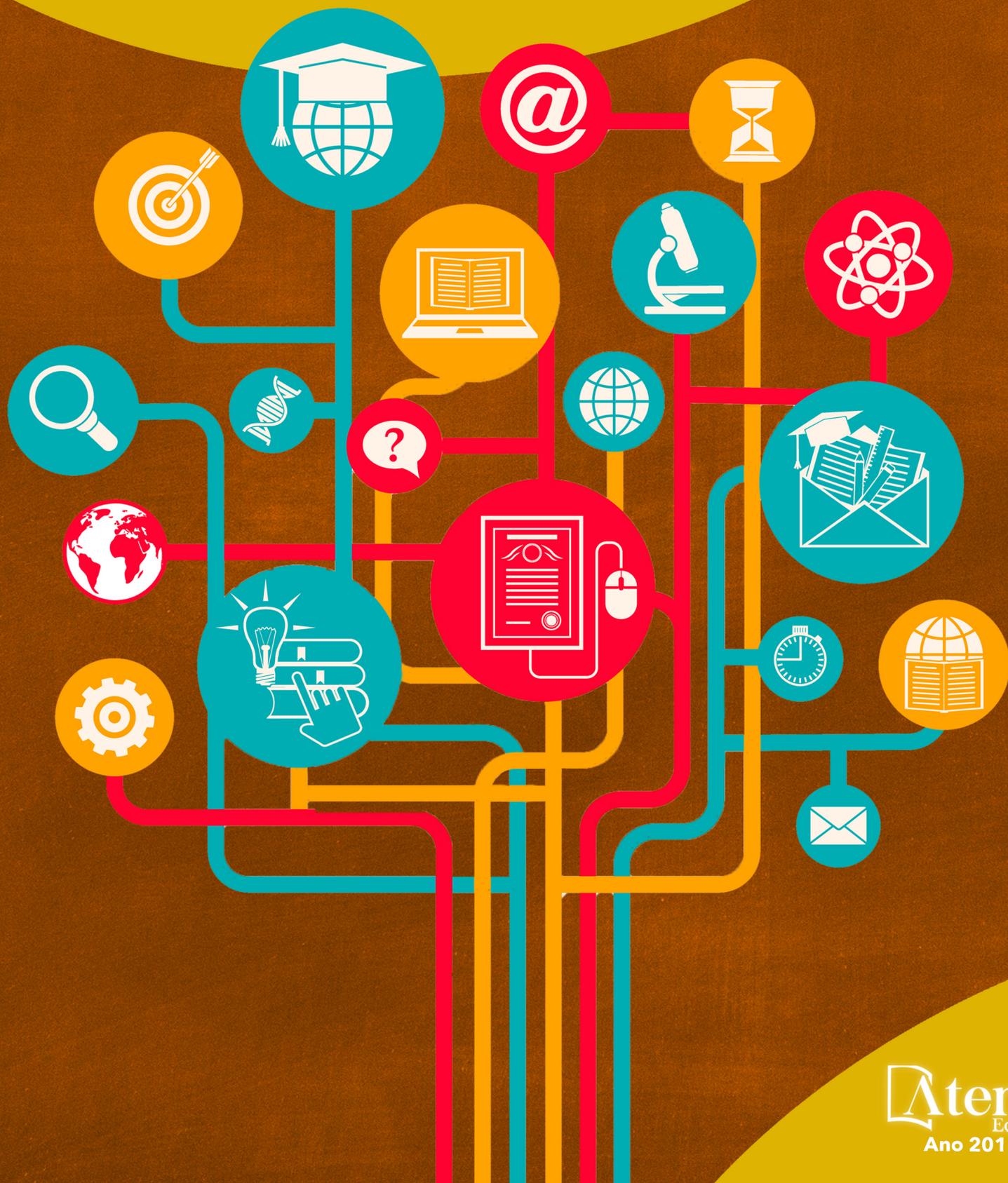


Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-479-5 DOI 10.22533/at.ed.795191107 1. Educação. 2. Sociedade. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A educação no Brasil e no mundo Avanços, Limites e Contradições” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

De acordo com Feldmann e D’Água (2009, p. 196), “mudar o tempo e o espaço da escola é inserir-se numa perspectiva de mudança das estruturas sociais, tendo como horizonte de possibilidades a transformação de uma sociedade injusta e excludente, em uma sociedade mais igualitária e incluyente”. Mudar nesse sentido, talvez signifique reconhecer que nos espaços escolares é a diferença que faz os seres humanos iguais, ou que pela equidade temos o direito de ser diferentes.

Assim, na atualidade, a escola enquanto instituição social responsável pela aquisição do saber, principalmente, o sistematizado, deve repensar suas práticas, na tentativa de embasar-se numa perspectiva científica para desenvolver uma gama de projetos, mesmo com as dificuldades de materiais e dos profissionais.

As responsabilidades da escola vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa árdua, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional, contribuindo assim para melhoria da sociedade em questão. Como afirma Torres (2008, p. 29): uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão. O que quer dizer que, a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

O Estado deve garantir o acesso à educação a todas as pessoas, sem discriminação, respeitar e valorizar a docência, assegurar formação continuada e condições de trabalho satisfatórias. E mais: as liberdades de expressão de ensinar e de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas que devem se conjugar com as necessidades específicas dos diferentes públicos da educação, contempladas segundo a perspectiva inclusiva e laica, permitindo que a escola se adeque às necessidades e corresponda às realidades de seus estudantes. A qualidade da educação envolve cada um desses critérios e, implica um empenho à favor da promoção da equidade e da diversidade, bem como, o enfrentamento a toda forma de preconceito e discriminação.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A MATERIALIZAÇÃO DA EaD NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)	
Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca Tatiane Custódio da Silva Batista	
DOI 10.22533/at.ed.7951911071	
CAPÍTULO 2	12
A INTERMITÊNCIA (E GOLPES) DA (NA) DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BÁSICA COMO SINTOMA DE PROPOSTA DA NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	
Alexandre de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.7951911072	
CAPÍTULO 3	23
A PEDAGOGIA SIQUEIRANA E O ENSINO DE QUÍMICA: O USO DA REDE SOCIAL PARA A DIVULGAÇÃO DA QUÍMICA ALÉM DO VESTIBULAR	
Lucas Peres Guimarães Rosane Maria Pinheiro da Silva Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.7951911073	
CAPÍTULO 4	33
A RELAÇÃO ENTRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL(PDI) DO ESTUDANTE E A INCLUSÃO ESCOLAR	
Luhany Ericleide Ponciano Maria Célia Borges	
DOI 10.22533/at.ed.7951911074	
CAPÍTULO 5	42
A TEORIA DA APRENDIZAGEM DE PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO DE ROBERT GAGNÉ: EXPOSIÇÃO E CRÍTICA	
Djalma Gonçalves Pereira Sandra Maria do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.7951911075	
CAPÍTULO 6	53
ANÍSIO TEIXEIRA COMO PENSADOR SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A TEMÁTICA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: BREVES CONSIDERAÇÕES	
Rachel Aguiar Estevam do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.7951911076	
CAPÍTULO 7	61
AS NARRATIVAS DOS <i>SABERESFAZERES</i> DE PROFESSORAS DE ESCOLAS DO CAMPO COMO ESTRATÉGIAS NA/PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA	
Elizete Oliveira de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7951911077	
CAPÍTULO 8	75
AS VOZES DOS INTELLECTUAIS NA FORMAÇÃO DO DISCURSO DA MODERNIDADE EDUCACIONAL EM SANTOS (1890-1920)	
Luiz Henrique Portela Faria	
DOI 10.22533/at.ed.7951911078	

CAPÍTULO 9 85

CEMEFEJA PAULO FREIRE: UMA PROPOSTA SINGULAR DE ATENDIMENTO DE JOVENS E ADULTOS EM PERÍODO INTEGRAL

Luciana Squarizi Andrade de Lima
Mariana de Paula Motta
Ruth Gouveia Dias
Elaine Juliano Pereira
Georgina Vicente
Francisco Jaime Souza
Emídio Claro Neto
Isabel Aparecida Silva
Viviane Gomes Magdal
Maria Olmos Distler
Rosana Alves Santana

DOI 10.22533/at.ed.7951911079

CAPÍTULO 10 95

COLABORAÇÃO E CRIATIVIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Adriana Clementino Mosca
Cláudia Cristina Moreira de Souza
Silvia Cristina Hito

DOI 10.22533/at.ed.79519110710

CAPÍTULO 11 104

COLEÇÃO NOVO GIRASSOL SABERES E FAZERES DO CAMPO: COMO UM ENSINO MARCADO PELO RESPEITO À DIVERSIDADE?

José Bruno Alves da Cruz
Camila Mota de Fontes
Erinalva Barbosa Franco
Nilvania dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.79519110711

CAPÍTULO 12 116

COMO MELHORAR O DESEMPENHO ESCOLAR COM DIFERENTES ESTRATÉGIAS: PIBID E CHARTER SCHOOLS?

Fernanda Scaciota Simões da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79519110712

CAPÍTULO 13 127

DIVERSIDADE CULTURAL E CURRÍCULO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS CULTURAIS NA ESCOLA

Miriã Santana Veiga
Ezenice Costa de Freitas Bezerra
Jussara Santos Pimenta

DOI 10.22533/at.ed.79519110713

CAPÍTULO 14 136

DOCÊNCIA VIRTUAL: EMANCIPAR PARA TRANSFORMAR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Magalis Bésse Dorneles Schneider

DOI 10.22533/at.ed.79519110714

CAPÍTULO 15	147
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA COM A INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Simone de Paula Rodrigues Moura Maria Aparecida Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.79519110715	
CAPÍTULO 16	158
ESCOLA FORA DA CAIXA: UMA OUTRA ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO COTIDIANO E PRÁTICAS EDUCATIVAS	
Mariana de Paula Motta Emídio Claro Neto Elaine Juliano Pereira Eliana Camargo Horto Francisco Jaime Alves de Souza Georgina Florêncio Vicente Isabel Aparecida da Silva Luciana Squarizi Andrade de Lima Maria Aparecida Olmos Distler Rosana Alves Santana Ruth Gouveia Dias Viviane Gomes Magdal	
DOI 10.22533/at.ed.79519110716	
CAPÍTULO 17	169
FORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE NA DIMENSÃO FREIREANA: PERSPECTIVAS PARA REINVENTAR A VIDA	
Evely Najjar Capdeville Adriana de Castro Amédée Péret	
DOI 10.22533/at.ed.79519110717	
CAPÍTULO 18	176
GESTÃO DEMOCRÁTICA E TECNOLOGIAS - EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO FORMATIVO	
Carmenisia Jacobina Aires	
DOI 10.22533/at.ed.79519110718	
CAPÍTULO 19	192
HISTÓRICO DOS DIREITOS EDUCACIONAIS NAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS	
Evania Martins Guerra Daniel Santos Braga	
DOI 10.22533/at.ed.79519110719	
CAPÍTULO 20	203
ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E FÉ CATÓLICA: IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL DO BRASIL NO SÉCULO XIX	
Francilda Alcantara Mendes Almir Leal Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.79519110720	
SOBRE A ORGANIZADORA	210

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A MATERIALIZAÇÃO DA EAD NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca

SME –UFG

Anápolis Goiás

Tatiane Custódio da Silva Batista

SME –UFG

Anápolis Goiás

LITERACY IN THE RIGHT AGE (PNAIC)

ABSTRACT: This article aims to identify if there is a relationship between the PNAIC and Distance Education (EAD), as well as to know about the use of digital communication and information technologies in the teaching and learning process in this training. For this, we will use as research methodology the documentary analysis, based on guidance and guidance documents of the Pact and the actions of teachers and bibliographic research, through texts that deal with the PNAIC, as well as the training of teachers and this training through of the EaD.

KEYWORDS: Teacher Training; Pnaic; EaD.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar se há relação entre o PNAIC e a Educação a Distância (EaD), bem como, saber sobre a utilização das tecnologias digitais de comunicação e informação no processo de ensino e aprendizagem nessa formação. Para isso utilizaremos como metodologia de pesquisa a análise documental, a partir de documentos orientadores e norteadores do Pacto e das ações dos docentes e a pesquisa bibliográfica, por meio de textos que tratam do PNAIC, assim como da formação de professores e dessa formação por meio da EaD.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores; Pnaic; EaD.

THE CONTINUED EDUCATION OF TEACHERS AND THE MATERIALIZATION OF EADS IN THE NATIONAL PACT OF

1 | INTRODUÇÃO

A educação a distância no Brasil tem caminhado a passos largos e com isso consegue públicos e formas diversas de se apresentar. Acredita-se que por meio da EaD seja possível alcançar um maior número de pessoas e assim proporcionar a essas, acesso a educação, principalmente ao Ensino Superior.

Sobre essa possibilidade, Peters (2009) destaca a importância da EaD para ampliação da oferta. O autor aponta argumentos para que a EaD tenha seu espaço garantido como:

propagação da aprendizagem, possibilidade de formação continuada, aumento da demanda ao acesso à educação, de modo que a modalidade apresenta alguns elementos que proporcionam maior adaptação ao estilo de vida e necessidades dos indivíduos que recorrem a ela.

Para BELLONI (2005), a Educação a distância tem demonstrado cada vez mais sua importância e sua necessidade nas organizações educativas, não sendo apenas uma modalidade para atender a demanda, mas para realizar funções importantes, de modo especial no ensino pós-secundário, na educação de adultos, que abrange o ensino superior regular e na formação contínua.

Assim, propomos essa temática com vistas a expressar o que pode ser percebido na política pública para a EaD e que lança mão das tecnologias digitais como ferramentas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem, bem como, da EaD para seu alcance e projeção nacional. Para tanto, buscamos observar e analisar neste trabalho, o PNAIC, a utilização da EaD, e como essa modalidade é apresentada e utilizada no processo de formação de professores e gestores que atuam na fase de ensino a que se destina o Pacto.

De modo que utilizaremos como metodologia de pesquisa a análise documental, que para Triviños (1987), permite que o investigador reúna diversas informações em vários documentos. Para ele é um estudo descritivo e fornece a possibilidade de reunir maiores informações sobre leis educacionais, processos e condições escolares, planos de estudo, etc. Lakatos e Marconi (2003) acreditam ainda que a pesquisa documental possui como característica a fonte de dados, pois estão restritos a documentos, escritos ou não, compondo as chamadas fontes primárias e secundárias. A pesquisa documental neste trabalho se dá a partir de documentos orientadores e norteadores do pacto e das ações dos docentes, pesquisa bibliográfica, por meio de textos, artigos e dissertações que são encontradas e que tratam do assunto em específico, assim como, da formação de professores e da formação de professores por meio da EaD.

Para adentrar ao tema da pesquisa é preciso observar e traçar o caminho percorrido pela EaD e pela formação de professores até chegarmos ao que propõe o programa. Portanto, este texto será apresentado em pontos básicos que estão relacionados em sua essência, inicialmente buscamos apresentar a EaD e suas contribuições para a formação de professores, na sequência falamos sobre o PNAIC e sua trajetória na formação dos alfabetizadores, e no terceiro momento nos propomos a apresentar dados da investigação documental e metodologias utilizadas no Pacto Nacional Pela Alfabetização na idade Certa, que se relacionam a EaD buscando saber se a formação de professores nesse programa tem perpassado por essa modalidade, concluindo com o que foi observado e apropriado pelos documentos e direcionamentos dessa política.

2 | A EAD E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para entendermos como a modalidade de EaD se constituiu na forma atual, torna-se importante traçar a gênese da mesma, recorrendo ao histórico da EaD no Brasil, tendo como base diferentes autores que discorrem sobre o assunto.

Belloni (2005) afirma que os principais elementos constitutivos que diferenciam a modalidade a distância da presencial é a ‘descontiguidade’ espacial entre professor e aluno, a comunicação mesmo com a separação no tempo e mediação tecnológica, característica fundamental dos materiais pedagógicos e da interação entre o aluno e a instituição.

Trocas de mensagens escritas entre mestres e discípulos distantes por meio das correspondências ocorridas na Antiguidade, e em locais como Grécia e Roma, se apresenta como uma forma de EaD (SARAIVA, 1996). Por isso, estudiosos consideram a Educação a Distância como modalidade de ensino, sem uma data exata de quando a mesma se iniciou.

Para Saraiva (1996), as cartas também tinham sua função informacional científica ou pessoal, pois algumas podiam ser destinadas à instrução, fazendo assim o uso da EaD, por meio de cartas e dos sistemas de correios.

Sendo possível perceber a expansão da EaD a partir das primeiras escolas por correspondência, com cursos de ensino de línguas, cursos de contabilidade ou de extensão universitária, que se ampliaram em países como a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Suécia (Saraiva, 1996).

Portanto, para Oliveira (2006),

Com o aperfeiçoamento dos serviços de correio, a agilização dos meios de transporte e com o surgimento do rádio e, posteriormente, da televisão iniciou-se uma fase de expansão pelo mundo da EaD, ou da Teleducação (tele – do grego – distância), como alguns autores, como Dias Bordenave e Demo, preferem se referir a essa modalidade (OLIVEIRA, 2006, p. 01).

Desta forma, fica evidente que a EaD surge bem antes da internet. E Abreu (2016) apresenta uma imagem com uma abordagem sobre os aspectos evolutivos da Educação a Distância:

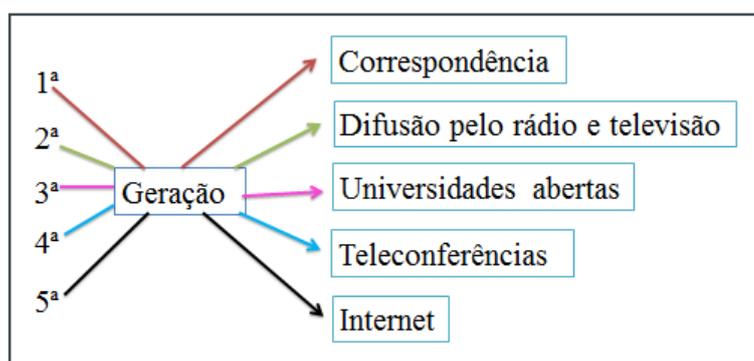


Imagem 1 – Gerações de EaD.

Fonte: Elaborado por ABREU A. C., 2016.

Abreu (2015) baseia-se em Moore e Kearsley (2007) que trazem cinco gerações de Educação a Distância: 1ª geração - teve seu acontecimento com o apogeu da correspondência; 2ª geração - ocorreu o ensino por meio da difusão pelo rádio e televisão; 3ª geração - caracterizada pela inventividade de uma nova modalidade de organização do sistema educativo; 4ª geração - início de cursos por áudio e videoconferência transmitidos por telefone, satélite, cabo e redes de computadores; e a 5ª geração - que se define no acontecimento do ensino e aprendizagem com base em tecnologias da internet (MOORE e KEARSLEY, 2007. p. 36).

Neste sentido, Lima (2014) aponta que os autores não tratam de uma nova tendência em curso, “do uso de mídias ou dispositivos móveis, que traz a ubiquidade, junto com a mobilidade” (LIMA, 2014, p. 15), já que os conteúdos do curso a distância, através do celular ou do tablete podem estar sempre com a pessoa.

Para chegarmos ao que conhecemos hoje como Educação a Distância, a disseminação e o uso de novas tecnologias da comunicação e da informação foi um grande marco na década de 1990, incentivando distintas universidades a ofertarem cursos à distância (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003).

Em 1992, o Ministério da Educação propõe discussões e cria a Coordenação Nacional de EaD no organograma do MEC. Em 1995 foi criado, pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), o primeiro curso de graduação a distância, Pedagogia de 1ª a 4ª série, que era oferecido para professores da rede pública estadual e municipal. A partir desta data, diversos cursos na modalidade a distância são oferecidos por várias instituições de ensino. Em 1996 a EaD foi legalmente estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e, em dezembro de 2005, foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no Diário Oficial da União (SGANZERLA, 2002; SOARES, 2002).

No Brasil, a EaD está regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, publicado no D.O.U. (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998/ o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998), tendo sua normatização definida pela Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998). A Resolução n.º 1, de 3 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as normas para a pós-graduação lato e stricto sensu.

A LDB (Lei 9.394/96) também concedeu avanços para EaD. O artigo mais expressivo é o de n.º 80, que estabelece incentivo ao desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância. Abreu (2015) afirma que pode ser destacado neste artigo da LDB e nos seus respectivos parágrafos e incisos, é que a lei reconhece a modalidade de educação a distância e cria diversas possibilidades para o fortalecimento e espaço da EaD dentro do contexto educacional. Determina que, no Brasil, a EaD terá uma regulamentação própria e também responsabiliza a União pelo credenciamento das instituições que desejam trabalhar com essa modalidade.

A LDB (1996) defende ainda a qualificação dos profissionais da educação e, prevê que os professores admitidos deverão ser formados em nível superior. No artigo 87 da lei, reforça a necessidade de elevar o nível de formação dos profissionais,

determinando que “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância” (LDB, 1996, p.26).

Temos observado, que a modalidade de Educação a Distância tem avançado e ampliado à oferta de cursos superiores e também tem sido utilizada para a formação de professores, seja em sua graduação, pós-graduação ou mesmo na formação contínua, na forma de cursos que devem abranger temas que irão contribuir para o trabalho do docente em sua prática na sala de aula.

Essa é a proposta do pacto, um compromisso assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), com a obrigatoriedade de que as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental sejam alfabetizados. Por isso, a importância e relevância do estudo dessa política e de suas abordagens para a formação dos professores que atuam nessa fase de ensino.

3 | O PNAIC E SUA TRAJETÓRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Como destacado acima, o PNAIC, surgiu visando estabelecer mecanismos para a execução da meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) que visa Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental¹. Sendo oficializado a partir da publicação da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 no diário oficial da união, firmando parcerias com os entes municipais e estaduais, fortalecendo o compromisso estabelecido em 2007 por meio do “Planos e Metas todos pela Educação”. E embasado pelo decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

Os documentos orientadores do PNAIC (2013) ressaltam que o programa surge com o objetivo de alfabetizar em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, todas as crianças das escolas municipais e estaduais, das zonas urbanas ou rurais, buscando oferecer condições de materialização para a formação continuada dos professores alfabetizadores, como um instrumento de capacitação docente, no sentido de propiciar a este o conhecimento de diferentes teorias de aprendizagem, métodos e técnicas de ensino, possibilitando situações de reflexão coletiva analisando como vem desenvolvendo seu trabalho, e, consecutivamente ser capaz de possibilitar metodologias adequadas à realidade de cada turma ou aluno.

Para tanto apresenta uma proposta de integração entre os entes federativos, capazes de assegurar a estruturação para essa formação, onde são oferecidos materiais e referências curriculares e pedagógicas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), além de bolsa de estudos, que até 2016 eram estendidas á todos os integrantes do programa. A parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, segundo o Documento Orientador do PNAIC (2017) busca, promover a cooperação

1. MEC e CNE buscam acordo sobre o ciclo de alfabetização, pois na Base Terceira versão do documento prevê que ciclo se encerre no 2º ano do Fundamental.

federativa e apoiar a constituição de equipes de coordenadores vinculados às redes de ensino para que estas assegurem o acompanhamento das ações do programa e avaliem a aprendizagem dos estudantes.

O Art. 5º da Portaria nº 867/2012, apresenta-nos os cinco objetivos do pacto, entretanto, para a análise que este artigo propõe nos limitaremos ao quarto objetivo: “Contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores” (Brasil, 2012, p. 2), buscando a efetividade dos objetivos a portaria citada anteriormente dispõem nos artigos sexto e sétimo, diretrizes para a formação de professores pelo PNAIC, onde enfoca a qualificação do trabalho docente para alfabetização no primeiro ciclo do ensino fundamental, no qual todos os professores participantes do programa, tanto das redes estaduais quanto municipais que lecionam em turmas de 1º ao 3º ano do ensino fundamental regular, devem participam dos cursos de formação continuada, aplicados pelos formadores e orientadores de suas redes de ensino.

O Documento Orientador do programa para a versão 2017/2018 apresenta alguns números importantes sobre sua trajetória, na formação de professores, afirmando que:

O PNAIC foi lançado em 2012, e, de acordo com dados disponíveis no Sistema Informatizado de Monitoramento do PNAIC (SisPacto), em 2013, foram capacitados, em Linguagem, 313.599 professores alfabetizadores em curso com carga horária de 120 horas; em 2014, foram 311.916 profissionais e a ênfase da formação foi em Matemática, em curso com carga horária de 160 horas; em 2015, foram capacitados 302.057 professores em temáticas como Gestão Escolar, Currículo, a Criança do Ciclo de Alfabetização e Interdisciplinaridade; e, em 2016, foram 248.919 alfabetizadores e 38.598 coordenadores pedagógicos atendidos em cursos com carga horária mínima de 100 horas e com ênfase em leitura, escrita e letramento matemático. (BRASIL, 2017, p. 3/4)

Ainda de acordo com esse documento, a profissionalização e a valorização docente, perpassa pela formação continuada, logo sob essa vertente buscando abranger um número maior de profissionais, no ano de 2017 o programa foi estendido aos professores e coordenadores da ED. Infantil e coordenadores e mediadores do programa Novo Mais Educação.

A proposta apresenta a valorização e formação do professor como um dos principais mecanismos para o êxito educacional, entretanto, o fato apresentado não condiz com a prática, já que o discurso presente nos documentos de políticas para a área, de acordo com (Wonsik e Carvalho, 2012) destaca que dentre os pressupostos de valorização associados à precarização do trabalho docente, estão à carreira, jornada de trabalho e o salário. Nesse quadro damos ênfase à versão do PNAIC 2017/2018, que traz a formação do professor como valorização profissional, mas que ao mesmo tempo precariza o seu trabalho, uma vez que nessa versão se extingue o pagamento de bolsas ao coordenador pedagógico, ao professor alfabetizador e ao mediador do programa Novo Mais Educação, suprimindo o paragrafo único do artigo sétimo que dizia:

O MEC poderá conceder bolsas para os orientadores de estudo e professores alfabetizadores, nos termos da Lei nº 11.273, de 2006, com valores e critérios

Desde o ano de 2015 e 2016 o PNAIC, veio mudando sua configuração, não apenas em sua materialização em relação aos momentos de formação, mas, também em se tratando das ferramentas utilizadas. A proposta em 2013 pautou-se em formações presenciais, com a utilização do SIMEC pelos professores alfabetizadores, entretanto, devido a alguns percalços, aventurou-se por momentos semipresenciais, onde as atividades eram realizadas por meio dos materiais impressos e encaminhadas via e-mail. Já em meados de 2016, optou-se por desenvolver algumas atividades a distância, com a utilização do Moodle, possibilitando mais “flexibilidade” de horário a esse profissional para a realização de suas atividades, Dessa forma, acreditamos que muito ainda há para se refletir sobre o PNAIC e a formação de professores, principalmente no que se refere a EaD.

4 | A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PELO PNAIC E SUA RELAÇÃO COM A EAD

Nesse tópico, nos propomos a falar a respeito da investigação documental, bibliográfica e virtual, além das metodologias utilizadas no Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, e que se relacionam à EaD buscando saber se a formação de professores pelo PNAIC tem perpassado por essa modalidade.

O programa inicia em 2013 com a seguinte orientação: “No âmbito do Pacto, a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores desenvolve-se a partir de um processo de formação entre pares, em curso presencial” (BRASIL, 2014, p. 2). De acordo com as diretrizes determinadas por este documento, o programa deveria se efetivar de forma presencial, entretanto, o mesmo documento evidência as atividades a serem realizadas no SISPACTO.

Para o acompanhamento e monitoramento das ações de formação, o Ministério da Educação desenvolveu um módulo denominado de SISPACTO que integra o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). O SISPACTO pode ser acessado de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores (Internet). Trata-se de importante ferramenta tecnológica, que proporciona agilidade e transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do Pacto. (BRASIL, 2014, p. 2).

Conforme os documentos analisados, o Programa inicia com uma proposta de formação presencial, no entanto, propõem ações desenvolvidas no SIMEC, além de momentos de estudos extraclasse, obrigatoriedade de envio de atividades e relatórios via e-mails e acompanhamento de orientações nos grupos e WhatsApp. Dessa forma compreendemos que desde o início, mesmo ainda não perpassando pela EaD, o PNAIC utilizou das ferramentas tecnológicas para a materialização de suas ações, nesse quadro, cabe destacar Corrêa (2007) que evidência as ferramentas síncronas e assíncronas, sendo as primeiras, aquelas em que os participantes estão conectados no ambiente simultaneamente, e as segundas, onde os interlocutores interagem no

sistema em tempos diferentes, de modo que é possível observar a utilização de ambas na proposta do programa.

O documento orientador para 2014 destaca que, “Constata-se que, em relação a 2013, houve um acréscimo de 40 horas, que deverão ser dedicadas às atividades de reforço dos conteúdos de Linguagem, presenciais e não presenciais” (p. 04). Logo, a partir de 2014, objetivando o estudo do material impresso, oficializaram-se os momentos de estudos não presenciais. De acordo com os relatórios de formação local, as ferramentas tecnológicas, não contribuíram muito, uma vez que, muitas orientadoras alegaram não terem recebido feedbacks das mensagens e ou das tarefas enviadas. Refletindo sobre os conceitos abordados pela autora citada acima, destacamos que um dos fatores responsável por este resultado, pode ser a utilização de ferramentas assíncronas, já que estas não possibilitam troca de informações em tempo real.

No ano de 2015, sobre as atividades não presenciais, o documento orientador, aponta que “Os professores alfabetizadores foram orientados na realização de atividades não presenciais como leituras, estudos, planejamentos e reflexões quanto à prática pedagógica”. (BRASIL, 2015, p. 03), Já segundo relatórios de 18 orientadores de estudo de um município, nesse momento houve um aumento nas atividades extras a serem realizadas e ampliação da carga horária buscando legitimar as atividades não presenciais.

Em 2016, o programa criou o Comitê Gestor Estadual e inseriu o coordenador pedagógico. Segundo relatórios encaminhados a uma formadora regional do programa, os materiais impressos referente à formação de 2016, não foram completamente estudados.

Buscando uma resposta para os questionamentos apontados por essa pesquisa dedicamos um tempo a mais, estudando os relatórios supracitados, e ao planejamento de duas formações regionais, onde foi possível identificar que em uma busca “desesperada”² para cumprir com o protocolo exigido pelo sistema, a instituição responsável pela formação nesse estado, propôs uma formação aligeirada, a distância com a utilização do Moodle Ypê, pelas formadoras regionais e orientadoras locais, bem como a utilização de email para os professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos. Os relatórios de formação evidenciavam grandes expectativas em relação a esses recursos, até porque, a própria comunicação saía de um modelo assíncrono e adentrava uma situação síncrona, propiciando comunicação e troca de informações em tempo real, que poderia ser possibilitado por meio dos chats no sistema moodle.

Contudo, segundo os relatórios, essa foi uma experiência negativa, uma vez que, não houve formação específica para os usuários do ambiente virtual, ficando este estagnado e o trabalho realizado pela utilização de e-mails foi moroso, no sentido de estabelecimento de diálogos, o que dificultou a efetividade da proposta desse módulo destinado a EaD.

Em 2017, o programa continuou com o uso dos meios virtuais, os documentos

2. Termo utilizado por uma formadora local em um dos relatórios enviados a uma formadora regional

pesquisados informaram que o Moodle foi delimitado apenas aos formadores regionais e que para tais foram disponibilizados tutoriais de uso desse ambiente, além das orientações por email e whatsapp, bem como o assessoramento de um técnico responsável pelo ambiente.

O material para os formadores locais e professores do programa Novo Mais Educação “será apresentado em formato digital [...] o MEC disponibilizará em portal próprio materiais liberados/licenciados por instituições diversas ou elaborados pelo PNAIC. (BRASIL, 2017, p. 19). Contudo, nessa versão o professor alfabetizador não tem acesso nem ao Moodle ou ao SIMEC, suas atividades semipresenciais são oportunizadas via e-mail, as devolutivas acontecem da mesma forma e a interação entre formador e alfabetizador pelo WhatsApp.

A partir dessa discussão, destacamos um elementíssimo para o processo de ensino e aprendizagem: o diálogo, que nesse contexto se materializaria por meio das ferramentas digitais e tecnológicas (síncronas e assíncronas). Muitos estudos vêm demonstrando o avanço na EaD após a adoção destas ferramentas, entretanto, não passam de instrumentos disponíveis nos ambientes virtuais, o êxito ou o fracasso, está na mediação e na intencionalidade de sua utilização bem como, na capacitação daqueles que estão ou estarão a frente ou em meio ao processo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Após as análises aqui apresentadas, percebemos a urgência em atuações que visem realmente garantir a alfabetização das crianças de nossa nação, compreendemos também a proposta do PNAIC, como uma importante ação na busca desse objetivo, entretanto, foi possível visualizar o quanto esse Programa, enquanto uma política pública vem se perdendo em meio ao seu ciclo de consolidação, já que na materialização e no monitoramento, não tem conseguido ao longo dos últimos três anos efetivar-se de maneira coerente e condizente, nem mesmo com os calendários escolares.

Todavia, a respeito da investigação documental sobre os ambientes, sites, recursos, ferramentas e metodologias utilizados no PNAIC, e que se relacionam à EaD buscando saber se a formação de professores pelo programa tem perpassado por essa modalidade, percebemos que o processo, ainda não vivencia a EaD em sua plenitude, mas, que perpassa por uma modalidade semipresencial, Moran (2010, [n.p.]) focaliza que:

A educação a distância está modificando todas as formas de ensino e aprendizagem, inclusive as presenciais, que utilizarão cada vez mais metodologias semi-presenciais, flexibilizando a necessidade de presença física, reorganizando os espaços e tempos, as mídias, as linguagens e os processos. EAD tem significados muito variados, que respondem a concepções e necessidades distintas.

Assim, cremos que a referida modalidade vem ganhando espaço e que devido aos

muitos entraves vivenciados pelos profissionais da educação e dentre eles o tempo, a EaD, continuará conquistando seu espaço, no âmbito da formação continuada de professores e mediante a trajetória do PNAIC, até aqui vemos possibilidades, deste ou de novos programas federais serem implementados sobre as bases da modalidade a distância.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. C. *Peculiaridades e perfil dos estudantes de cursos superiores a distância no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Goiás.

BRASIL. *Ministério da Educação. Documento Orientador PNAIC – versão 2013*; disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/noticias/alfabetizadores> acessado em 27/12

_____. *Ministério da Educação Documento Orientador PNAIC versão 2014*. Disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/noticias/alfabetizadores> acessado em 27/12

_____. *Ministério da Educação. Documento Orientador PNAIC versão 2015*. Disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/noticias/alfabetizadores> acessado em 27/12

_____. *Ministério da Educação. Documento Orientador PNAIC versão 2016*. Disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/noticias/alfabetizadores> acessado em 27/12

_____. *Ministério da Educação. Documento Orientador PNAIC versão 2017*. Disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/noticias/alfabetizadores> acessado em 27/12

_____. *Ministério da Educação. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. *Ministério da Educação. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais*. Disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/noticias/alfabetizadores> acessado em 27/12

_____. *Ministério da Educação. Resolução nº 4 de 27 de fevereiro de 2013 Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa para a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/noticias/alfabetizadores> acessado em 27/12

_____. *Ministério da Educação. Orientações para Preenchimento do SISPACTO* Disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/noticias/alfabetizadores> acessado em 27/12

BELLONI, Maria Luiza. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 3 n. 1, p. 187-198, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v3n1/10.pdf>>. Acesso em: 30 de Mar. de 2015.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. LAKATO, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. *Educação a distancia: uma visão integrada*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CORRÊA, Juliane. *Educação a distância: orientações metodológicas*. Porto alegre: Artmed, 2007.

LIMA, D. C. B. P. PRODUTO 2 - **Documento contendo estudo analítico do processo de expansão de EaD ocorrido no período 2002-2012**, particularmente no que se refere aos cursos de formação de professores nas IES públicas e privadas. Projeto Conselho Nacional de educação/UNESCO de Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade-Educação a distância na educação superior, 2014.

MORAN, José Manuel. **Propostas para Melhorar Nossa Educação à Distância**. [S.l.], 2010. Disponível em: Acesso em 10.05.2011.b

OLIVEIRA, G. M. S. de. **A educação a distância no contexto educacional brasileiro**. Cuiabá. / NEAD/UFMT - 2 2006. Disponível em: <http://uab.ufmt.br/uab/images/artigos_site_uab/ead_contexto_educacional.pdf>. Acesso em: 10 de Abr. de 2015.

PETERS, OTTO. **Educação a Distância em Transição: Tendências e desafios**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

SARAIVA, Terezinha. **Educação a Distância no Brasil: lições da história**. *Em Aberto*, Brasília, ano 16, n. 70, abr./jun. 1996, p. 17-27. Disponível em:<<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1048/950>>. Acesso em: 07 de Abr. de 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

SILVA, Solonildo Almeida da. **O caminho lato sensu da precarização do trabalho docente universitário na Uece. Dissertação. Uece, 2003**. VIANNEY, J.; TORRES, P.; SILVA, E. *A universidade superior no Brasil: o Ensino Superior a distância no País*. Tubarão: UNISUL, 2003.

WONSIK, Ester Cristiane; CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **A valorização e a precarização do trabalho docente: um estudo de políticas públicas a partir de 1990**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_05/147.pdf> Acessado em 29 de dez. de 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-479-5



9 788572 474795